

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**GEISIELLEN ALVES**

**O CENÁRIO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Juiz de Fora  
2024

**GEISIELLEN ALVES**

**O CENÁRIO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Trabalho de conclusão de curso da Faculdade de  
Educação, como licenciatura em Pedagogia da  
Universidade Federal de Juiz de Fora.  
Orientadora: Prof. Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora  
2024

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que me guiou e iluminou toda a trajetória até aqui, me dando forças e sabedoria para enfrentar cada barreira imposta diariamente em minha vida.

Agradeço também aos meus pais, em especial a minha mãe Geny que se empenhou durante toda a sua vida para que eu pudesse chegar até aqui, lutando bravamente contra todos os preconceitos que impuseram em seus pensamentos. Agradeço por sempre ter sido presente em todos os momentos, por ter me dado o apoio e a segurança de chegar na formação acreditando no meu potencial e na minha dedicação. Gostaria também de agradecer aos meus irmãos Eberty e Ygor, por sempre me ajudarem nas palavras e nos dispositivos tecnológicos, vocês foram fundamentais na minha formação e evolução.

Agradeço em especial o meu noivo Marcos Paulo, pelo apoio emocional em todos os momentos difíceis da graduação, por me incentivar na caminhada, pela ajuda nos trabalhos acadêmicos, pela dedicação na leitura atenta e por se esforçar para me compreender e auxiliar em cada dificuldade e barreira enfrentada. É uma honra ter e conviver com uma pessoa tão iluminada como ele.

Agradeço às minhas companheiras de curso, que fizeram parte de cada luta e esforço dentro da graduação, que nunca duvidaram da minha capacidade e sempre me ajudaram e apoiaram naquilo que precisava.

Para finalizar, agradeço à minha professora e orientadora Mylene, pela inspiração desde o início da formação com sua gentileza, educação e pela forma de como lecionar a Educação inclusiva dentro e fora da sala de aula de maneira excepcional, me fazendo criar uma grande curiosidade e amor pela área.

Sem cada uma dessas pessoas eu não estaria realizando meu maior sonho hoje, de me tornar pedagoga! A minha conquista também é de vocês, obrigada!

## **RESUMO**

O presente artigo foi direcionado ao estudo e a trajetória de docentes em sua formação, desafios e possibilidades para a inclusão e acessibilidade da pessoa com Deficiência Auditiva (DA) dentro do campo educacional. Tendo enfoque no processo da inclusão da pessoa com deficiência auditiva nas instituições de ensino como também a diferenciação das inserções que ocorrem neste meio. Para a compreensão iniciamos com uma breve contextualização da formação inicial do professor, em seguida a formação docente inclusiva, e por fim o cenário da formação docente para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva e seus principais desafios e possibilidades dentro das instituições de ensino. Este estudo salientou possíveis argumentos para a luta da educação inclusiva de qualidade, como também para a compreensão do cenário de formação.

Palavras-chave: formação de professores; pessoa com deficiência auditiva; formação inclusiva.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2 O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA</b>	<b>7</b>
<b>3 O CENÁRIO DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA</b>	<b>9</b>
<b>3.1 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>3.2 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA</b>	<b>14</b>
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>17</b>
<b>5 REFERÊNCIAS</b>	<b>19</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Acreditamos que a formação docente inclusiva tende a ganhar novos espaços e que seja cada vez mais realidade do cotidiano daqueles que a necessitam, além de ser um cenário essencial para a pessoa com deficiência. A partir disso, o presente tema foi escolhido por se tratar de uma temática abrangente que busca elucidar a igualdade e garantia de uma educação de qualidade. Ressaltamos também o interesse e a busca pelo conhecimento acerca da inclusão do surdo com a importância dessa temática que vai muito além apenas da compreensão, ela encontra com o reconhecimento pessoal daquele que está passando por esse contratempo recentemente, daquele que está buscando maneiras de aprofundamento e aceitação de uma deficiência que não tinha conhecimento.

A profissão docente está posicionada em disputas ideológicas em seu processo de atuação e no sentido de ser professor. No cenário atual vemos que os debates na área de inclusão em educação têm ganhado espaço, dentro da sociedade civil, política e nos discursos econômicos. É importante mapear o cenário que os docentes estão inseridos, mas não é uma tarefa simples. Ao optar pelo mapeamento do cenário da formação inclusiva de pessoas com deficiência auditiva, temos a certeza de que não será uma tarefa fácil, pois, ressalta um assunto muitas vezes falho dentro da formação pelas delimitações institucionais, esta delimitação se dará a partir dos desafios encontrados pelas pessoas com deficiência, pela dificuldade de comunicação e acessibilidade.

Ao fazer referência a pessoa com deficiência auditiva (DA), devemos ter em vista que o DA não pode ser classificado como sinônimo do surdo, apesar de ambas descreverem pessoas que têm algum problema auditivo. Para tanto devemos primeiro esclarecer quem são as pessoas consideradas surdas<sup>1</sup> e/ou com deficiência auditiva<sup>2</sup> no Brasil. Segundo o MEC (2007) a surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons, considera-se a existência de vários casos de pessoas com surdez, conforme os distintos graus de perda da audição. Dessa forma existe o surdo parcial e total.

---

<sup>1</sup> Pessoa que é privada das percepções do som, não identifica sons humanos o que o impede de adquirir a linguagem oral. Utilizando assim a linguagem gestual (LIBRAS).

<sup>2</sup> Indivíduo que tem a percepção das palavras mas que necessita de uma certa intensidade no tom de voz para que tenha sua percepção conveniente. Geralmente fazem e ou utilizam algum tipo de aparelho auditivo.

Diante disso é possível reconhecer a presença das diversidades em sala de aula, de alunos com especificidades distintas inseridos em um mesmo ambiente e que cada uma precisa de atenção de acordo com suas singularidades. Neste sentido, é fundamental que o docente ao conviver com determinada situação saiba trabalhar e ensinar de maneira inclusiva, e, quando a barreira envolve questões de acessibilidade linguística como a questão da deficiência auditiva ou surdez.

Dessa forma, este trabalho pretende apontar a formação docente para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva ou surdez e suas possibilidades na formação. A fim de possibilitar reflexões sobre o preparo e incentivo na continuação da formação.

Nosso trabalho foi desenvolvido através de revisão bibliográfica em um contexto exploratório com levantamento de artigos em sites acadêmicos entre os anos de 2008 a 2023. O referencial teórico se constituiu a partir do levantamento de artigos que abordem a temática da formação docente para ensino de alunos com deficiência auditiva, nos permitindo breve análise e estudo da formação docente, suas adaptações e desenvolvimento na prática docente inclusiva, para que traga esclarecimentos em relação a essa inclusão.

Os objetivos deste trabalho são: compreender as dificuldades encontradas no processo de inclusão para além de uma simples inserção dos alunos dentro das escolas; como também a formação docente enquanto inclusiva, para que possamos apresentar as barreiras enfrentadas dentro das instituições de ensino.

Esse artigo foi organizado em três seções. Na primeira seção será abordada a formação docente. Na segunda buscamos contextualizar a formação docente inclusiva e seus campos de atuação. Na terceira discutimos a formação docente para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva ou surdez. Por fim, apresentamos as considerações finais que apresentam os resultados e conclusões deste trabalho.

## **2 O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

A abordagem da formação docente para a inclusão do surdo requer uma base teórica sólida que considere diferentes perspectivas. O modelo de educação inclusiva ressalta a importância de adaptação das práticas pedagógicas para atender as necessidades individuais do aluno com surdez, para a promoção de um ambiente educacional mais igualitário.

A Teoria Sociointeracionista de Vygotsky enfatiza a relevância da interação social na aprendizagem, sugerindo que a formação docente deve incorporar estratégias que estimulem a participação ativa dos alunos surdos, considerando suas experiências e conhecimentos prévios. (ROMERO, 2015)

Como o principal objetivo deste trabalho é elucidar a formação docente enquanto inclusiva para a pessoa com deficiência auditiva, considera-se essencial a exemplificação dos diferentes tipos de cenário que engloba a inclusão do surdo e seus principais desafios no meio educacional.

Os autores do Conselho Nacional de Educação (CNE- 2/2015) nos trazem as doutrinas nacionais para a formação em pedagogia com a referência de seus artigos que elucidem como ocorre a distribuição de carga horária e seus principais fundamentos para esta formação. A pesquisa realizada através do estudo dos autores Bach, Zanedin e Manjinski (2023), enriquecem o aporte teórico, pois, eles conceituam uma análise na formação de professores com perspectiva para a educação inclusiva para atender as necessidades dos alunos com deficiência. Através dos autores Souza e Lima (2014), que dialogam com dados coletados a fim de trazer uma compreensão, sobre a Inclusão ou Integração dos alunos surdos nas escolas regulares e suas distinções e identificações entre si.

A promoção da educação inclusiva demanda alterações no processo de ensino aprendizagem. O docente precisa ser devidamente preparado por meio de um processo contínuo de desenvolvimento profissional, que engloba tanto a formação inicial quanto a atualização constante, pautadas em princípios e normas que visem atender às demandas de estudantes com necessidades especiais. (BACH, MANJINSKI e ZANEDIN, 2023, p. 169)

Estudar essa diversidade educacional e social é importante pois ela está relacionada ao desenvolvimento e aprendizagem do aluno, ou seja, o professor mal capacitado e que não consegue se relacionar diretamente com este aluno pode estar prejudicando a sua formação e a promoção educacional, assim como as suas relações interpessoais com os demais e com a sociedade.

Ao compreender a educação inclusiva é importante distingui-la do processo de integração e de inserção do aluno com deficiência em sala de aula, buscando diferenciá-los pois o mal entendimento gera uma grande problemática para com aqueles que necessitam de uma inclusão de qualidade.



Discorrendo acerca da distinção conceitual entre a integração e a inclusão, a primeira busca minimizar e reparar a exclusão vivenciada pelos sujeitos surdos destarte, a inclusão, visa extinguir o processo excludente, objetivando garantir uma educação inclusiva para as pessoas que estiveram por muito tempo relegadas e excluídas. (SOUZA e LIMA, 2014, p. 2)

A problemática da inserção do surdo na escola e na sociedade envolve a barreira da comunicação, a falta de acessibilidade, a discriminação, a desigualdade e a falta de profissionais qualificados para a demanda. Muitas das vezes isso gera obstáculos na obtenção da escolaridade, no campo empregatício e no acesso a serviços básicos de saúde.

Além disso, algumas escolas são muito burocráticas, contendo poucos estimulantes para professores e estudantes com necessidades especiais, ocasionando uma distância entre a realidade e a evolução dos métodos educacionais representativos. Como também ocorre nas escolas conservadoras que atrasam o desenvolvimento e retardam as mudanças da sociedade assim como devem partir pelas preocupações, necessidades e curiosidades para que construa um currículo que dialogue com o cotidiano e a deficiência de cada estudante.

As instituições de ensino, de empregabilidade e saúde precisam cada vez mais buscar incorporar o humano, a afetividade, a ética e cada vez mais a tecnologia de pesquisa e comunicação com o auxílio de bons gestores e educadores para que haja uma harmonia na construção de uma sociedade mais igualitária, com a construção de um ensino inclusivo e de uma comunicação bilíngue.

### **3 O CENÁRIO DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

O licenciando em pedagogia (formação inicial), terá um cenário de formação dinâmico, teórico e prático. Com disciplinas voltadas ao processo de ensino-aprendizagem, do mundo da educação e da gestão escolar, além de estágios e convivências com o cotidiano escolar, contando com disciplinas inclusivas e suas principais metodologias. Neste campo, há também projetos de pesquisa que buscam investigar questões mais críticas e reflexivas dentro do ambiente escolar e fora dele. Além disso, o estudante tem que estar atento às novas mudanças nas leis gerais da educação, como também nas inovações, metodologias e contextualizações que englobe a

educação e suas diversidades de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (CNE- 2/2015, p. 4) destacam,

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.

Com efeito, o cenário da formação docente tem se referido aos principais conjuntos de condições, práticas e desafios para a preparação e continuidade do desenvolvimento de professores. A formação em Pedagogia como docente abrange todas as etapas da educação, desde a educação infantil até o ensino superior, como também a formação continuada ao longo da carreira.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:  
I - Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2015)

No cenário atual, existem várias questões que habilitam os profissionais a exercerem de forma eficaz e qualificada, gerando um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para gerar um ensino afetivo, empático, dinâmico e inclusivo. Neste mesmo cenário há elementos essenciais, para a plena formação, tais como: conhecimento teórico e prático, reflexão sobre a prática, experiências práticas, atualização constante, contextualização e diversidade e integração entre a teoria e prática, para que se desenvolva docentes capacitados e reflexivos que sejam capazes de enfrentar os desafios de sala de aula e promova uma educação de qualidade.

Conforme o artigo 7º da referida resolução (Brasil, 2015) as habilitações do pedagogo podem ser obtidas por meio de uma carga horária de 3.200 horas de curso, divididas em:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas, como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;  
II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando

também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto Pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Diante do exposto percebe-se que o curso de Pedagogia se estrutura em práticas e teorias para a apropriação dos conteúdos conceituais para transmiti-los. Portanto, a formação docente engloba questões didáticas, práticas e teóricas para a garantia de um ensino de qualidade e transformador, com um cenário de aprendizagem ao longo de toda vida, contextualizando a busca pela inovação e as novas metodologias e tecnologias, gerando o interesse por uma formação continuada. Além de toda a carga horária exigida pela CNE, o estudante poderá realizar estágios não obrigatórios para que obtenha ainda mais prática do cotidiano escolar, com instituições credenciadas, que gerará apoio para a formação.

Sendo assim, a formação passa por uma transformação na qual o professor começa a considerar o aluno como o centro do processo de ensino e aprendizagem, a partir das considerações das emoções, representações e contextos históricos dos estudantes pautando -se em uma construção coletiva e em um ensino mais inclusivo.

A partir de muita luta, a educação inclusiva passa por uma reformulação onde começa a existir a formação de professores especializados em educação especial. Os professores de educação especial eram formados como professores primários, buscando o conhecimento específico no próprio exercício da profissão ou em cursos oferecidos por instituições especializadas. (SANTOS DO AMARAL, 2022, p. 36)

Muitos autores ressaltam que o ensino superior é de difícil acesso, principalmente para alunos com deficiência e para aqueles que são economicamente desfavorecidos, com isso surgiram diversos cursos da Educação em Distância (EaD), que obteve uma expansão desordenada no ensino superior sem qualquer tipo de ensino inclusivo.

Através disso, destacamos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008), que aponta a perspectiva da educação inclusiva na rede regular de ensino. Com relação à formação dos professores, não contém tematizações a respeito da formação inicial, porém dá destaque à formação em serviço. Possui como foco o AEE e o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, o que mostra a preocupação em formar um novo professor de educação especial, que não mais atuará prioritariamente nas

instituições especializadas ou em classes especiais. Trata-se de formar em serviço o professor do AEE para atuar na rede regular, podendo este atender a todos os alunos considerados como público-alvo da educação especial. (SANTOS DO AMARAL, 2022, p. 41)

No que se refere à formação docente para pessoas com deficiência auditiva, pouco se é falado e discutido, uma vez que a pessoa com deficiência está incluído em sala de aula de alunos “normais”. Apesar de existir professores especializados em Libras o aluno com deficiência auditiva (com uso de aparelhos auditivos), são incluídos em salas de aulas como alunos ouvintes embora precisem e necessitem de um acompanhamento específico para seu desempenho.

Embora muitas pessoas com deficiência auditiva tenham perdido a audição ao longo da vida e tenha o conhecimento dos sons, reconhecendo falas e até mesmo se comunicando de maneira geral, eles necessitam de um acompanhamento de fonoaudiólogos para se adaptar aos ambientes e continuar o seu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Dessa maneira, muitos docentes não conseguem identificar ou até mesmo se adaptar às necessidades desse aluno e em muitos casos acaba ocorrendo um apagamento da situação por falta de informação sobre quais as dificuldades que esses alunos enfrentam, o que ocasiona uma inserção e não uma inclusão em todas as atividades curriculares.

### **3.1 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO**

A formação de professores para a educação inclusiva é de suma importância para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais, além de ser um avanço para a garantia de um ensino de qualidade, independente de suas individualidades. Principalmente se tratando de alunos com deficiência auditiva, pois esse contexto é preocupante em relação a suas inclusões, há uma grande defasagem de intérpretes e muitas evasões na garantia dos próprios por um longo período de acompanhamento desses alunos.

A formação docente para inclusão em educação envolve o desenvolvimento de habilidades e a capacitação para atender à diversidade de alunos, buscando adaptar as práticas pedagógicas e promovendo ambientes inclusivos para preparar os professores para atender às necessidades educacionais de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, dificuldades de aprendizagem e outros desafios. Isso inclui compreensão das necessidades especiais, estratégias de ensino diferenciadas e uma abordagem centrada no aluno, tendo como objetivo principal a garantia de que os professores estejam preparados para criar ambientes de

aprendizagem inclusivos, onde todos os alunos tenham a oportunidade de participar plenamente e alcançar seu máximo potencial.

A capacitação docente deve ser implementada desde os conhecimentos básicos sobre os alunos e das diferentes formas de diversidade encontradas em sala de aula, incluindo deficiências físicas, dificuldades de aprendizagem, diferenças culturais, socioeconômicas e linguísticas. Além disso, a formação deve incluir teorias e práticas sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais, explorando as estratégias viáveis de ensino, tipos de avaliações inclusivas, planejamento de aula, adaptações curriculares e de materiais didáticos, comunicação com alunos, entre outros.

As instituições de ensino devem garantir e assegurar o ensino de qualidade para a educação inclusiva de forma que haja uma construção contínua e apoio para os educadores e alunos, portanto, as escolas devem estar preparadas para atender alunos com necessidades especiais, incluindo a acessibilidade e infraestrutura, adaptações e formação de professores, criação de ambientes inclusivos nos quais incentive a cultura de respeito, apoio psicossocial e emocional, apoio da comunidade etc.

A partir da formação continuada inclusiva os educadores têm acesso às diversidades necessárias de ensino e educacionais de seus alunos, adaptação de um ambiente acolhedor, identificação das necessidades individuais do aluno, e principalmente conseguem promover um ensino e um ambiente totalmente inclusivo. (BACH, MANJINSKI e ZANEDIN, 2023, p. 172)

Portanto, a educação inclusiva também se expande para a adaptação e para uma diversidade de campos de atuação, com o objetivo de desenvolvimento pleno e igualdade de oportunidades, independente de suas características, limitações ou habilidades. Incluindo assim o campo de acessibilidade que busca promover a interação através do braille, audiodescrição, libras e ou legendas, já os campos culturais e de lazer visam promover o acesso de todas as pessoas às atividades culturais tais como teatro, museus, cinema, parques e eventos esportivos. Além dos campos mais conhecidos, a educação inclusiva se insere no campo empregatício e de capacitação profissional que se dedica na garantia de igualdade nas oportunidades do mercado de trabalho e na promoção de políticas inclusivas, adaptação dos ambientes, oferta de treinamentos acessíveis e valorização da diversidade.

Com as contribuições dos recursos disponibilizados pela tecnologia digital as pessoas com deficiência passaram a ter direito não apenas ao acesso, mas à permanência no contexto

escolar em condições de equidade. Além disso, se faz necessário que os professores saibam utilizar e implementar os recursos tecnológicos disponíveis, para que os estudantes tenham acesso à informação e um papel ativo no processo de construção do conhecimento independentemente das necessidades que apresentem. (KIKUICHI, QUEIROZ, 2018, p. 95)

Consideramos que professores capacitados para as diversidades e a inclusão conseguiram trabalhar com mais eficiência e consolidar ambientes agradáveis para todos os alunos, seja ele com deficiência auditiva, física, intelectual, visual ou múltipla, garantindo uma plena aprendizagem e um ensino de qualidade.

Segundo o estudo de Bach, Zanedin e Manjinski (2023, p. 173), professores que são sensíveis às diferenças individuais de seus alunos e capazes de criar um ambiente de aprendizado acolhedor e inclusivo podem ajudar a promover a inclusão social e combater o preconceito e a discriminação.

O lugar se torna um ambiente propício para uma nova pedagogia, buscando abranger-se para um caráter escolar comum, na qual garante uma educação inclusiva gratuita e de qualidade abrangendo espaço para o reconhecimento e valorização das habilidades do educando.

### **3.2 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), destaca em seu art. 27º, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A inclusão de alunos com deficiência auditiva é um grande desafio para as unidades escolares, pois além das especificidades desse grupo, ainda existe a falta de comunicação entre os alunos e o ambiente no qual estão inseridos. O que se percebe em algumas salas de aulas é a segregação desses alunos perante os demais, devido à ausência de comunicação. (KIKUICHI, QUEIROZ, 2018, p. 97)

A formação docente para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva é fundamental para garantir que os educadores estejam preparados para atender às necessidades específicas desses alunos e promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Os professores precisam compreender as características, os diferentes graus de perda auditiva e as possíveis causas da deficiência auditiva. Isso inclui conhecer os diferentes tipos de dispositivos de amplificação sonora, como aparelhos auditivos<sup>3</sup> e implantes cocleares<sup>4</sup>, e entender as necessidades específicas de comunicação e linguagem das pessoas com deficiência auditiva.

A formação docente deve incluir o ensino básico dessas formas de comunicação e técnicas de adaptação da comunicação oral, bem como estratégias tecnológicas para promover a interação e a participação dos alunos com deficiência auditiva na sala de aula.

Os professores devem ser capacitados para adaptar o currículo e os materiais didáticos de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência auditiva. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, como imagens, vídeos e gráficos, a disponibilização de materiais em formatos alternativos, como legendas em vídeos e transcrições de áudio, e a utilização de estratégias de ensino que enfatizam a compreensão e a expressão visual. Além de recursos tecnológicos que facilitam a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva, encontra-se dispositivos que ajudam o professor e o aluno a interagirem melhor, como por exemplo, os aplicativos gratuitos de Língua de Sinais que contribuem para a comunicação entre surdos e ouvintes. (KIKUICHI, QUEIROZ, 2018, p. 97-98)

A formação docente pode incluir o conhecimento sobre as tecnologias assistivas disponíveis para apoiar a aprendizagem e a participação dos alunos com deficiência auditiva. Isso envolve o uso de sistemas de amplificação sonora; que é um aparelho auditivo que consiste em um mini sistema de amplificação, dispositivos de FM; é um dispositivo eletrônico de tecnologia assistiva com o objetivo de melhorar por meios eletrônicos a eficiência do indivíduo para receber e ouvir a mensagem falada, recursos de acessibilidade em dispositivos eletrônicos, aplicativos de tradução de voz para texto e vice-versa, entre outros recursos tecnológicos que facilitem a comunicação e o acesso à informação.

Kikuichi e Queiroz (2018) afirmam, se em sala de aula, o sistema de frequência modulada (FM) for implementado,

Ele filtra a voz do professor e elimina os ruídos do ambiente, de maneira a melhorar a qualidade do som para os alunos que usam aparelhos de amplificação

---

<sup>3</sup> É um aparelho auditivo que consiste em um mini sistema de amplificação. O aparelho é desenvolvido e adaptado para se adequar à situação auditiva de cada pessoa.

<sup>4</sup> Consiste em um aparelho implantado cirurgicamente na orelha, capaz de estimular diretamente o nervo auditivo, causando sensações sonoras.

sonora ou implante coclear. Na prática, o uso desse sistema funciona da seguinte forma: o professor usa um pequeno microfone em seu pescoço e o aluno acrescenta uma peça no aparelho que já utiliza. O som ambiente deixa de ser captado, dando ênfase exclusiva à voz do professor. Isso permite que os alunos com perda auditiva driblam os ruídos e tenham mais facilidade para ouvir o que o professor diz.

Considera-se que as tecnologias digitais são um grande aliado para a inclusão de muitas variedades e possibilidades para tal demanda. A partir disso, consideramos a comunicação um dos principais problemas enfrentados pela pessoa com deficiência auditiva, entende-se que tais recursos como: telefones celulares, *smartphones*, *ipad*, *ipod*, *tablets*, assumem um papel muito importante no processo de aprendizagem e socialização dessas pessoas. Porém, sabemos que somente os recursos tecnológicos não são suficientes para suprir todas as necessidades educacionais e sociais dos sujeitos. (KIKUICHI, QUEIROZ, 2018, p. 99)

Os professores devem ser incentivados a utilizar uma prática inovadora carregada de sensibilidade além do trabalho com colaboração de outros profissionais da área inclusiva, tais como intérpretes de Libras, fonoaudiólogos, terapeutas e outros especialistas em educação inclusiva. A formação docente deve abordar estratégias de colaboração e promover uma abordagem multidisciplinar para garantir o suporte necessário aos alunos com deficiência auditiva.

Sendo assim, é relevante que no movimento inclusivo possibilite ao professor não só realizar a adaptação curricular para o estudante com deficiência auditiva, mas buscar entender tanto a flexibilidade quanto às adaptações que permeiam o processo uma vez que a recriação dos processos educacionais perpassa por planos ambiciosos. (MANTOAN, 2017)

É importante ressaltar que a formação docente para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva não se resume apenas a esses aspectos, e é um processo contínuo que requer atualização e aprimoramento constante. A formação deve ser contextualizada, prática e sensível às necessidades individuais dos alunos, garantindo uma abordagem inclusiva e efetiva na sala de aula. Os professores devem estar dispostos a aprender e se atualizar constantemente, buscando aprimorar suas habilidades e conhecimentos para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. (BACH, MANJINSKI e ZANEDIN, 2023, p. 175-176)



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho obtivemos resultados na compreensão dos desafios da formação docente enquanto formação inclusiva de pessoas com deficiência auditiva. Além disso, buscamos salientar impactos direcionados para que diminuam os desafios encontrados pela comunidade DA dentro e fora da educação.

A formação docente inicial em seu contexto prático e histórico ainda tem muitas possibilidades de avanços devido às novas tecnologias e formações continuadas, principalmente no que diz respeito ao cenário formativo e seus dispositivos legais. Embasando em questões mais inclusivas e diretamente ligadas ao cotidiano escolar.

Além das múltiplas questões que a formação em pedagogia precisa ser renovadas e aprofundadas, destacamos a formação inclusiva dentro da formação inicial, de forma que englobem mais disciplinas relacionadas à temática inclusiva, principalmente disciplinas práticas de estágios na área da educação especial, na qual os acadêmicos possam experimentar e ter convívio com alunos pessoas com deficiência, para que ocorra uma maior compreensão das infinitas possibilidades de desafios que podem ser encontrados em sala de aula ao longo de suas carreiras, de modo que ocorra uma maior preparação para que a inclusão seja inserida com êxito e qualidade.

Além dos avanços no currículo, na formação pedagógica e nas políticas públicas no contexto de educação inclusiva, as escolas também têm muito o que avançar principalmente na aceitação dos alunos de maneira que haja funcionários aptos para tal demanda, pois ocorre muitas inserções de alunos pessoas com deficiência na instituição, pois muitas delas não se importam com o contexto que ele estará enfrentando e nas dificuldades que ele terá durante a sua formação.

Portanto, para financiar a educação inclusiva nas instituições de ensino, é de suma necessidade que haja um conjunto de colaboração entre a sociedade, os docentes, o governo e as instituições. Para que sejam implementadas políticas públicas e estratégias que envolvam a garantia de um ensino humano e de qualidade.

Desta maneira as questões como a discutida anteriormente para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência auditiva, tende-se a se tornar essencial nas instituições de ensino, para a garantia de uma educação de qualidade e uma efetiva inclusão na educação. Partindo do

principal ponto em que o governo cobre e garanta que todos os alunos, independente de sua dificuldade e de sua instituição de ensino pública ou particular tenha um profissional responsável e capacitado para lidar e trabalhar de maneira dinâmica com esses alunos, além disso as escolas deverão efetivar documentos nos quais apresente a inclusão da maneira com que ela tenha que ser realizada e apresenta resultados no avanço do desenvolvimento destes alunos.

Concluimos que através da mudança no currículo do curso de pedagogia e nas políticas públicas educacionais e inclusivas será possível abranger a inclusão de maneira sucinta e alavancar as aprendizagens dos alunos com deficiência, tendo um ensino pleno e desenvolvido, de maneira humana e dinâmica. Embora previsto pela lei da pessoa com deficiência, ainda há uma grande dificuldade para que de fato ocorra a inclusão em todos os níveis de escolarização, principalmente pela falta de profissionais capacitados inseridos na formação de apoio.

Assim como a formação necessita de mais prática, ela também se manifesta em espaços não formais, uma vez que aprendemos e estamos sujeitos a novos conhecimentos em todos os espaços, com a inclusão também não será diferente pois devemos incluir todos em todos os espaços principalmente em nosso cotidiano para que ousemos reconhecer e aprender cada vez mais suas linguagens e diferenças a partir da realidade e vivência de cada indivíduo.

## REFERÊNCIAS

BACH, Luana Gonçalves; ZANEDIN, Raquel; MANJINSKI, Everson. **A Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva: Um Olhar Com Base nos Direitos Humanos**. Revista Teias do Conhecimento, Ano 3, Número 1, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=133091-pecp022-19-3&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pecp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>.

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República; Casa Civil. Brasília, DF, 2015, 6 jul. 2015a.

FREITAS, Marcos Cezar. **Educação Inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Volume 53, 2023.

HARAMI, Fabiana; FARIA, Elisabeth Cristina; JÚNIOR, Marcos Antonio Gonçalves. **Educação Profissional Inclusiva**. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/643319/4/Ebook\\_Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20Inclusiva.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/643319/4/Ebook_Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20Inclusiva.pdf)

HOBOLD, Márcia; AGUIAR, Maria Aparecida; JUNCKES, Rosane S.; CORDEIRO, Aliciene F. M. **As diretrizes curriculares nacionais dos cursos de pedagogia para a formação docente: processo de implantação da Resolução CNE/CP nº 1/2006\***. 2008 - Psicologia da Educação, São Paulo, 28, 1º semestre de 2009, p 151-168.

KIKUICHI, Vivian Zerbinatti da Fonseca; QUEIROZ, Florence Alves Pereira de. **A Educação na contemporaneidade: contribuições da tecnologia digital para a inclusão das pessoas com deficiência auditiva.** 2018, p. 93-101.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação.** Revista e ampliada, 2º edição, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições.** *Inclusão Social*, [S.l.], v.10, n.2, 2017.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. **Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social.** Revinter, 2º edição, 2015.

ROMERO, Priscila. **Breve estudo sobre Lev Vygotsky e o sociointeracionismo.** 2015 - Revista Educação Pública.

SANTOS DO AMARAL, Juliana. **Cenários da Formação Inicial de Professores de Educação Especial no Estado do Rio Grande do Sul.** 2022

SILVA, Maria Cristina Mesquita; GUILHERME, Alexandre Anselmo; BRITO, Renato de Oliveira. **A Base Nacional de Formação Docente e o curso de Pedagogia: cenários e perspectivas da formação inicial de pedagogos no Brasil.** 2023 - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 104, 2023, p 1-16.

SOUZA, João Vinicius Pereira; LIMA, Érika Patrícia Barbosa. **Inclusão ou integração? Estudo de caso com alunos surdos em escolas de ensino regular no município de Caruaru- PE.** 2014

TALASCA, Alice dos Santos; JUNG, Hildegard Susana. **O processo de inserção das crianças surdas no contexto escolar: desafios e possibilidades.** - Capítulo 7, p. 232-254.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. **A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente.** 2016 - Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.